Valor ECONÔMICO

Imprimir ()

09/02/2017 - 05:00

Fundos de pensão cobram da Petrobras perdas na Sete Brasil

Por **Juliana Schincariol**

Fundos de pensão que investiram na Sete Brasil, empresa destinada a construir sondas para exploração do pré-sal, vão recorrer contra a Petrobras em uma câmara de arbitragem para tentar recuperar os prejuízos causados por um esquema de corrupção envolvendo a petroleira.

Segundo apurou o **Valor**, a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, vai recorrer à Câmara de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá. A entidade segue o mesmo caminho feito pela Funcef, da Caixa Econômica Federal, e pela Valia, dos funcionários da Vale, disseram duas fontes com conhecimento do assunto.

As informações correm em sigilo na câmara de arbitragem e o recurso é previsto em contrato. Procurada, a Previ disse que não iria comentar o assunto. Representantes da Valia e da Funcef não foram localizados. Os fundos têm participação na Sete por meio do FIP Sondas, dono de 95% da companhia.

O entendimento é que o resultado da arbitragem depende do desenrolar do plano de recuperação judicial da Sete Brasil, protocolado em agosto após a derrocada do petróleo e os escândalos de corrupção. O plano exigiria investimentos adicionais de US$ 5 bilhões. Uma assembleia para votar o plano foi adiada em janeiro, na falta de consenso entre os credores.

Os fundos de pensão não estão sozinhos. Nos Estados Unidos, o fundo de investimento EIG Partners, também cotista do FIP Sondas, propôs uma ação na Corte Distrital de Columbia por prejuízos com a Sete Brasil na qual são requeridos US$ 300 milhões de indenização da Petrobras.

A Sete Brasil recebeu inicialmente a encomenda de 28 sondas, um projeto que exigiria aportes de US$ 26,4 bilhões.

A Funcef aplicou inicialmente R$ 350 milhões no FIP Sondas, fatia que subiu para R$ 1,38 bilhão após aderir ao aumento de capital. Hoje tem 18% da empresa. Já a Previ colocou R$ 180 milhões para adquirir uma participação de 9,9% da Sete Brasil. A entidade decidiu não participar do aumento de capital e diluiu sua fatia para 2,3%. A fundação costuma afirmar que o investimento foi "profundamente investigado" pela CPI dos Fundos de Pensão, e que sua atuação foi destacada como exemplo na decisão de não acompanhar a segunda oportunidade de investimento.

O investimento da Valia na Sete foi de R$ 200 milhões. Assim como os outros fundos de pensão, a fundação também reconheceu as perdas com o investimento em seus balanços, considerando a remota possibilidade de continuidade do plano de negócios da empresa.

Além de ter sido alvo da CPI dos Fundos de Pensão, a Sete Brasil está envolvida em escândalos de corrupção no Brasil, como as operações Lava-Jato e Greenfield, relacionada a fundos de pensão, e em que foi alvo de mandados de busca e apreensão em setembro. Na Lava-Jato, a força tarefa já disse que a empresa foi criada para majorar preços e fraudar licitações do mercado de navios e plataformas. Os procuradores disseram, em abril de 2016, que o plano para montar a Sete Brasil serviu para como uma extensão do esquema de propinas na Petrobras.

A Petros, que também é cotista e já pediu investigação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a respeito de outros FIPs, disse que não há ações contra a Sete Brasil.